

PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE

Fátima Camila Oliveira Barbosa¹

Resumo:

O Curso de Formação de Oficiais é requisito obrigatório para a qualificação inicial dos profissionais de Segurança Pública que pertencerão ao quadro de Oficiais da Polícia Militar, o qual os classifica hierarquicamente dentro desta. Nesse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo analisar o processo de ensino-aprendizagem no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe, a partir da verificação de documentos oficiais e por meio da percepção dos discentes, propondo-se alternativas metodológicas que possam aperfeiçoar o ensino nesta Escola de Formação, tendo em vista a recenticidade e necessidade de amadurecimento do CFO no Estado. A partir disso, questiona-se: a metodologia de ensino que vem sendo aplicada no Curso de Formação de Oficiais é capaz de qualificar os discentes para desenvolverem as habilidades necessárias ao exercício do Oficialato? Para responder tais questionamentos, o percurso metodológico realizado consistiu em uma pesquisa aplicada, por meio de questionário junto aos alunos do 2º Ano do CFO (2022), consubstanciando-se em uma abordagem quali-quantitativa, representada por gráficos oriundos do questionário, composto por perguntas objetivas e subjetivas, além da pesquisa documental e bibliográfica. Dessa forma, concluiu-se que a metodologia de ensino atual deve ser reavaliada, devendo-se priorizar metodologias ativas, que forneçam subsídios para o desenvolvimento das habilidades necessárias a um Oficial, além de promover uma construção do conhecimento entre educador e educando, para firmar bases sólidas para a continuidade do ensino na PMSE.

Palavras-chave: Ensino; Segurança Pública; Curso de Formação de Oficiais.

1. INTRODUÇÃO

Diante do cenário crescente e contemporâneo de transformações nas configurações da criminalidade, traduzido em constante percepção de insegurança pela sociedade, faz-se premente voltar as atenções para a atuação profissional, em especial, da Polícia Militar, por meio da análise da formação e preparação do profissional da Segurança Pública.

Nesse sentido, a atuação profissional da Polícia Militar é precedida pela preparação nas Academias de Polícia ou Cursos de Formação específicos, que dispõem de recursos de ensino norteados por uma matriz curricular característica e métodos de ensino pertinentes, sob direção

¹ Aluna do 2º Ano do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe, e-mail: camila.otm@gmail.com.

das instituições componentes do Sistema de Segurança Pública, de modo a conferir aos profissionais as competências e habilidades esperadas para sua efetiva intervenção para promoção da sua missão constitucional.

Diante disso, o reinício das atividades de ensino para Oficiais no Estado de Sergipe, no ano de 2019, por meio do ensino ofertado pelo Centro de Ensino e Instrução da Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE), permite a construção da tradição militar da Escola de Formação de Oficiais (EsFO), propiciando a consolidação do ensino e doutrina nesta instituição.

A presente pesquisa teve por escopo investigar, sob a ótica dos discentes, os métodos de ensino-aprendizagem utilizados no Curso de Formação de Oficiais da PMSE, e se estes contribuem para o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias às funções de comando que estes desenvolverão na Corporação.

Nessa perspectiva, este estudo teve por finalidade identificar o processo de ensino-aprendizagem proposto para aplicação no Curso de Formação de Oficiais, por meio da análise de documentos, como o Plano de Curso para realização do CFO, suas propostas pedagógicas, os critérios de avaliação de docentes e discentes. Além de analisar a percepção dos alunos sobre a formação no Estado de Sergipe, para que seja possível a identificação dos pontos que podem ser melhorados.

Nesse sentido, a presente pesquisa trouxe o conhecimento acerca de metodologias ativas de ensino, como uma possibilidade de contribuição para a educação policial no Estado de Sergipe, sendo uma alternativa para a construção do ensino e qualificação dos discentes em uma Escola de Formação de Oficiais que está construindo bases para a regularidade do ensino na PMSE.

Considerando-se a importância do papel desempenhado pelas Academias na formação de Oficiais, em consonância com suas respectivas missões institucionais, visando a habilitar profissionais de Segurança Pública, desenvolvendo competências técnicas e científicas para o cumprimento das funções de comando, chefia e direção, questiona-se: As dimensões do processo de ensino-aprendizagem que vêm sendo ofertadas aos discentes da Escola de Formação de Oficiais da PMSE, condizem com as habilidades necessárias à atividade do Oficialato?

O presente estudo pretendeu contribuir para o ensino, no que diz respeito à qualificação profissional dos Oficiais do Estado de Sergipe, que deverão promover uma segurança pública de qualidade, desenvolvendo habilidades de criatividade e proatividade quando do exercício do

comandamento na instituição, bem como para o atendimento e responsabilidade com o cidadão. Além de fornecer subsídios para a implementação de projeto básico para os próximos cursos.

A partir desta pesquisa, permitir-se-á que docentes tenham acesso a metodologias de ensino não convencionais, como forma de aprimoramento profissional da docência, o que permitirá reflexões sobre a didática empregada em sala de aula durante o curso de formação, a possibilidade de reavaliar métodos de ensino, permitindo as decisões sobre aprofundamento do conteúdo programático, bem como para as formas que as aulas serão conduzidas, de acordo com o perfil profissional dos discentes.

Este estudo teve a natureza de pesquisa aplicada, uma vez que trouxe possibilidades de implementação prática com relação ao ensino na instituição, como também propôs formas de contribuição para o processo de ensino-aprendizagem de docentes e discentes. Além de ter utilizada a abordagem quali-quantitativa, a qual compreendeu de forma integrada o contexto em que o tema estava inserido. Para tanto, levou-se em consideração a opinião dos destinatários diretos da formação, utilizando-se como instrumento o questionário via *google forms*, para diagnóstico da situação atual do curso, junto aos alunos do 2º Ano do CFO.

O artigo foi dividido em seis capítulos. O primeiro deles correspondeu à introdução, com os aspectos delineadores da pesquisa. O segundo capítulo trouxe a definição de educação policial militar e seus desdobramentos. O terceiro capítulo dispôs sobre o contexto histórico da Escola de Formação de Oficiais da PMSE e funcionamento desta. O quarto capítulo apresentou alternativas de metodologias ativas como possibilidade de aplicação nas aulas do CFO. No quinto capítulo, foram analisados e discutidos os dados e informações obtidos por meio de questionários e planos de curso. Por último, foram feitas as considerações finais acerca do presente estudo.

2. A EDUCAÇÃO POLICIAL MILITAR

Em um contexto em que figura a necessidade de atualização profissional para lidar de modo eficaz e efetivo com as dificuldades e desafios exigidos em meio a um Sistema de Segurança Pública garantidor do pleno exercício da cidadania, dotado de deveres e direitos sob a égide constitucional, o papel desempenhado pelos Oficiais da Polícia Militar encontra, desde sua origem, a necessidade de estar em consonância com a mutabilidade da sociedade.

Sales e Vilarinho (2018) indicam que a formação policial é um dos temas mais complexos dentro das políticas públicas de segurança do Brasil, sendo considerado um desafio a ser enfrentado pelos gestores nacionais e estaduais, em virtude da demanda popular por uma polícia cidadã, que conheça seus direitos e cumpra seus deveres, em observância aos preceitos dos Direitos Humanos e em conformidade com o Estado Democrático de Direito.

Uma análise acerca dos cursos de formação das polícias do país, permite concluir que não há consenso quanto à formatação dos cursos preparatórios em todo o Brasil, uma vez que a grade curricular, tempo de duração e requisitos de ingresso, dentre outros aspectos, são diferentes em todo o país, sendo uma tarefa complexa o entendimento dos modelos de formação no Brasil (SALES; VILARINHO, 2018).

Diante disso, é forçoso perceber a necessidade de direcionamento das atividades de ensino para a educação policial dos Oficiais militares em formação, uma vez que estes receberão atribuições de gestão na instituição, como comandamento de unidades, subunidades e seções, no decorrer da carreira, como também serão responsáveis por gestão de pessoas e recursos, sendo importante que os cursos de formação atentem para uma formação qualificada e ativa.

Apesar de não haver um modelo pré-definido para os cursos de formação policial no país, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)² trouxe uma Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas de Profissionais da Área da Segurança Pública, com sua primeira versão datada de 2003 e última, em 2014, com diretrizes norteadoras para estes cursos, como uma forma de direcionar as bases formativas para o ensino nas instituições de Segurança Pública no Brasil.

Pode-se definir a Matriz Curricular Nacional (MCN) como um referencial teórico-metodológico que direciona as ações formativas, tanto inicial como continuada, dos profissionais da área de Segurança Pública, independentemente do nível ou da modalidade de ensino empregada. Estabelece eixos articuladores/norteadores e áreas temáticas voltadas para os diversos programas e projetos executados pela SENASP (BRASIL, 2014).

A Matriz Curricular Nacional (MCN) de 2014 propõe metodologias de ensino que rompem com práticas docentes conservadoras, reforçando-se a necessidade de espaços para reflexão e envolvimento entre discentes e docentes, sugerindo uma prática de ensino-aprendizagem mais humana. Esta deve se basear na correlação entre teoria e realidade prática,

² Órgão vinculado ao Ministério da Justiça, responsável pela política nacional de segurança pública do país e com a finalidade de acompanhar as atividades dos órgãos de segurança pública. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/agenda-de-autoridades/senasp>. Acesso em 04 de agosto de 2022.

tendo em vista necessidades pessoais e institucionais, buscando estimular os discentes à análise crítica e reflexão (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, a definição de educação policial é de grande relevância para que sejam atendidas as diretrizes da Matriz Curricular Nacional, uma vez que consiste em um saber teórico prático, em que se formam profissionais por meio do processo educativo, não apenas treinando-os, uma vez que treinamento, mais próximo de “adestramento”, pressupõe um conhecimento unidirecional, tendo por objetivo ensinar um método específico, mas preparando-os para um melhor direcionamento frente a qualquer situação (FRIGOTTO, 2003).

A educação deve ser vista como a possibilidade de leitura da realidade que o cerca, para que sejam capazes de construir relações de forma consciente dentro da sociedade, consubstanciando-se em um direito social e subjetivo, para que tenham autonomia e um melhor entendimento do mundo (PAGON, 1996).

Dessa forma, os alunos em formação, para que tenham suas potencialidades plenamente desenvolvidas, devem contar com um currículo que propicie o engajamento e implemento de competências e habilidades nas dimensões técnicas, éticas e legais, fomentadas por um ambiente de ensino propenso à diversificação dos elementos de aprendizagem.

Benôni (2013) ao pesquisar acerca da formação policial no Campus de Ensino Mata da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, trouxe a diferença entre instrução e ensino, por meio do estudo de turmas do Curso de Formação de Oficiais, concluindo que instrução remete à transmissão do conhecimento, próprio das Forças Armadas, as quais serviram de modelo para as polícias antes da Constituição de 1988, em razão das normativas exigidas pela Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM)³, baseando-se no “adestramento” dos alunos, enquanto que ensino remete à construção do conhecimento conjunto, entre docentes e discentes.

Após período de normatizações advindas do Exército, por meio da IGPM, foi aprovada, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)⁴, que trouxe a possibilidade de as polícias regularem o seu ensino, de acordo com normas gerais de ensino previstas na referida lei.

³ Inspeção Geral das Polícias Militares- Este órgão decretou Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução (DGEI) para as Polícias Militares seguirem em seus cursos de formação, sendo responsável pela fiscalização dessas instituições de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em 20 de junho de 2022.

⁴ Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 20 de agosto de 2022.

O ensino policial deve abandonar as práticas oriundas das Forças Armadas, em que o instrutor está distante do aluno e detém o saber absoluto do conteúdo, uma vez que se baseia no treinamento de habilidades específicas, tendo o instrutor o pleno domínio do conhecimento, forçando o aluno a reproduzir o conhecimento padronizado para o treinamento. Dessa forma, é importante que as instituições militares estaduais tenham como foco o processo de ensino-aprendizagem, baseado na mediação de conhecimento, possibilitando a reflexão dos discentes, incentivando o debate crítico e o compartilhamento de conhecimento (BENÔNI, 2013).

Diante disso, o conhecimento dos formadores acerca de metodologias de ensino deve se desprender da pura instrução/treinamento militar, para a construção do conhecimento baseada no atendimento das funções inerentes ao cargo a ser desenvolvido na Polícia Militar.

3. A FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES DA PMSE

É importante que se saiba o contexto em que o referido curso está inserido, para que se entenda como a dinâmica mudou no decorrer dos anos. Diante disso, faz-se necessário apresentar um aporte histórico de como a formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe se deu ao longo dos anos.

Nesse sentido, o Curso de Formação de Oficiais teve início em 1949, por meio da Lei Orgânica Supletiva da PMSE, que dispôs acerca da necessidade de um Curso de Formação de Oficiais como requisito de ingresso para a carreira do Oficialato. O Curso correspondia a três anos de formação, com instrutores civis e militares do Exército e da PMSE, sofrendo forte influência das Forças Armadas. Ainda, as instruções eram realizadas no Quartel do Comando Geral da PMSE (QCG), sendo as avaliações aplicadas ao final de cada ano por comissão designada pelo Comandante Geral da Corporação (TOBIAS, 2014).

Em 1974, a EsFO encerrou suas atividades, por determinação do IGPM, diante de irregularidades apontadas por este órgão do Exército. Por entender não haver um ambiente escolar adequado para o processo de aprendizagem destes alunos, já que o curso se desenvolvia no QCG, considerando-se um local inadequado para atividades, como treinamento físico, por exemplo, além de terem sido apontados outros déficits para a formação, conforme inspeções realizadas por este órgão, a formação do CFO teve de ser transferida para outras Academias do país (TOBIAS, 2014).

A partir disso, os Alunos-Oficiais passaram a ser formados em outros estados como Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, sendo que estes, durante a formação, serviam à Polícia do Estado em que se realizava o curso, retornando após o término do curso para atuação na PMSE. As formações ficaram a cargo das Academias Militares de vários estados do país, cada uma seguindo doutrinas próprias e grades curriculares de acordo com a realidade de cada local (TOBIAS, 2014)

Ademais, em 2019, a PMSE voltou a ofertar o CFO em Sergipe, com início das atividades na estrutura do SESI (Serviço Social de Indústria), por meio de convênio⁵ com a PMSE. Logo em seguida, por meio da Portaria 002 de 06 de agosto de 2020⁶, foi inaugurado o Centro de Ensino e Instrução, reservando-se um espaço para a Escola de Formação de Oficiais, o que representou o retorno da formação policial dos Oficiais na estrutura da PMSE.

Antes mesmo de o ensino voltar a ocorrer no Estado, foi aprovada a Lei Complementar nº 278 de 2016, que alterou o Estatuto da PMSE, passando-se a exigir, além de a idade máxima de 35 anos na data da inscrição do concurso, nível superior em Direito como requisito para investidura no Posto inicial do Oficialato, já sendo aplicado este requisito para o curso com início no ano de 2019 (COUTO, 2022).

O Curso de Formação de Oficiais da PMSE é proposto aos aprovados em todas as etapas exigidas para este concurso, sendo requisito para início das atividades ostensivas, bem como critério para promoção, baseando-se em critérios de antiguidade hierárquica, por meio de classificação ao término do curso, a qual seguirá por toda a carreira. Para o Oficialato, inicia-se com a declaração de Aspirante a Oficial, após conclusão do curso, passando ao posto de 2º Tenente, após período de 06 meses.⁷

Nesse sentido, a classificação hierárquica dos militares para ascensão aos postos do Oficialato é gerada após a conclusão de curso, concurso ou estágio, que até o Posto de Capitão segue critérios de antiguidade, com base no resultado classificatório do CFO, conforme Lei de Promoção de Oficiais- Lei 2101/77:

⁵ Disponível em: <https://pm.se.gov.br/policia-militar-e-sesi-assinam-convenio-para-locacao-de-instalacoes-no-bairro-santos-dumont/>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

⁶ Boletim Geral Ostensivo da Polícia Militar do Estado de Sergipe de nº 121 de 06 de agosto de 2020.

⁷ COUTO, Daniel Ribeiro (Org.). **Legislação e Organização Institucional da PMSE: Leis afetas à Polícia Militar do Estado de Sergipe**. 3ª ed. Aracaju: J Andrade, 2019.

Art. 11 - O ingresso na carreira de Oficial PM será feito nos postos iniciais, assim considerados na legislação específica de cada Quadro, satisfeitas as exigências legais.

§ 1º - A ordem hierárquica de colocação dos oficiais PM nos postos iniciais resultará da ordem de classificação em curso, concurso ou estágio [...];

§ 3º - A classificação de que trata o § 2º obedecerá aos graus absolutos obtidos na conclusão dos cursos (COUTO, 2022, p. 237).

O Curso de Formação de Oficiais, portanto, gera uma classificação hierárquica ao final do curso, por meio da classificação das médias de todas as notas atribuídas nas disciplinas escolares previstas na grade curricular, que terá reflexos durante toda a carreira do Oficial, uma vez que será utilizada como critério de antiguidade nos demais postos do Oficialato, bem como durante o curso, dividindo-se em 1º Ano e 2º Ano, sendo que ao final do 1º Ano a classificação da média geral ponderada atribuirá nova antiguidade aos alunos.

O curso de formação previa, inicialmente, em seu Plano de Curso do CFO 2021⁸, uma carga horária de 3.120h, a qual foi alterada no decorrer do curso para 2.370h, após publicação no Boletim Geral Ostensivo (BGO)⁹ da PMSE. Ocorrendo as aulas de segunda a sexta-feira, nos turnos matutino e vespertino, sendo publicado o Quadro de Trabalho Semanal (QTS) que prevê as aulas da semana subsequente, às quintas-feiras no BGO da PMSE. Há, ainda, estágios supervisionados Operacional e Administrativo, a serem alocados pela Coordenação da EsFO, no decorrer do curso.

Ainda, os alunos respondem disciplinarmente e têm atividades militares nos momentos não destinados às aulas, a critério da Coordenação da Escola. As normas disciplinares estão previstas na NAMD¹⁰, trazendo o rol de condutas a serem observadas pelos Cadetes, classificando-se em leves, médias e graves, as quais podem diminuir a média disciplinar do aluno, que será utilizada como critério desempate após classificação final do curso.

A formação policial no Estado de Sergipe, sob uma perspectiva histórica, promoveu transformações ao longo do tempo, uma vez que diferentemente do início do CFO em 1949, sob forte influência das Forças Armadas, com fiscalização e normatizações advindas da IGPM do Exército, a formação não está mais sob supervisão direta deste órgão do Exército, passando a ter doutrinas próprias de Polícia Militar.

⁸ Aditamento 013, de 21 de julho de 2021, referente ao Boletim Geral Ostensivo da Polícia Militar do Estado de Sergipe.

⁹ Boletim Geral Ostensivo da Polícia Militar de nº 114, de 21 de junho de 2022.

¹⁰ Portaria nº 006/GCG- Normas para Aplicação das Medidas Disciplinares aos Alunos do Curso de Formação de Oficiais e Alunos do Curso de Formação de Soldados- Boletim Geral Ostensivo nº 197/2020.

4. ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO NO CFO DA PMSE: METODOLOGIAS ATIVAS

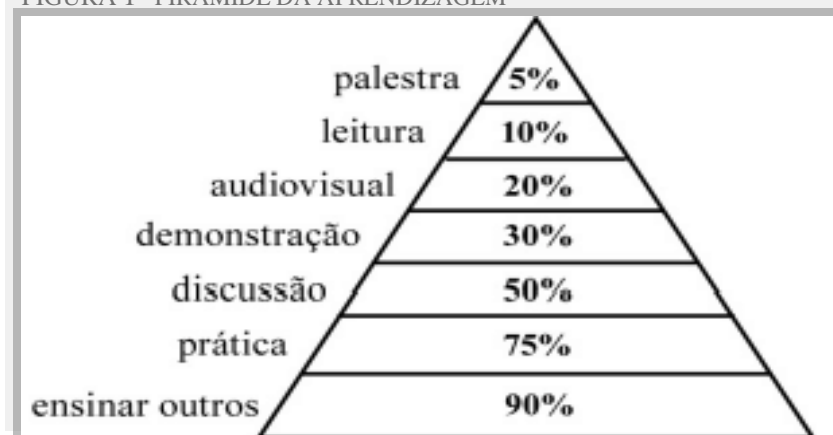
Em linhas gerais, o processo de aprendizagem durante a formação é, de modo intrigante, uma possível questão a ser trabalhada durante toda a carreira institucional, devendo ter como principal objetivo instigar os discentes a serem agentes transformadores de sua realidade e produtores eficientes de soluções no contexto organizacional, e não apenas um reprodutor do conhecimento para a avaliação, na busca por um resultado classificatório.

Nesse ínterim, é importante que a sala de aula reproduza a realidade situacional, estimulando os alunos a buscarem o conhecimento, compartilhem dúvidas e agirem com proatividade, sendo necessário, para isso, entender os modelos ativos de formação.

Diante disso, metodologia ativa corresponde à participação dos alunos em atividades práticas, transportando-os à realidade fora da sala de aula, possibilitando um conhecimento amplo, de modo interdisciplinar, que desenvolva a capacidade de liderança, senso de responsabilidade, iniciativa criadora, por meio de instrumentos como a Sala de Aula Invertida, Estudo de Caso, Gamificação, dentre outros. (SILVEIRA JUNIOR, 2020)

Em pesquisa sobre as metodologias ativas, conclui-se que um importante referencial para a aplicação destas, consiste na Pirâmide da Aprendizagem, proposta por Dale (1969), a qual enfatiza que estas metodologias de ensino propiciam o desenvolvimento de competências e habilidades, ocasionando maior absorção do conhecimento, conforme figura a seguir:

FIGURA 1 - PIRÂMIDE DA APRENDIZAGEM



Fonte: Dale *apud* Camargo e Daros (2018, p. 17)

Inferese, a partir desta pesquisa, conforme evidenciado na Figura 1, que os atos de praticar, discutir e ensinar aos outros são as formas responsáveis pela maior retenção do conhecimento no processo de aprendizagem, o que é possibilitado pelas metodologias ativas, as quais estimulam o processo de tomada de decisões, o conhecimento prévio de assuntos, a afeidez pelo conhecimento, a vontade de participar de debates, demonstrações de pontos de vista e desenvolvimento do raciocínio rápido.

Por esta metodologia, o aluno é protagonista no processo de aprendizagem, sendo necessário que o docente esteja atualizado e preocupado com essa função, uma vez que deve propiciar a produção do conhecimento junto ao aluno, ressaltando o papel que este deve ter na construção do conhecimento.

Para que se entenda melhor o que pretende este modelo de ensino, o quadro abaixo mostra distinções entre o modelo tradicional e o modelo ativo, a partir da exposição do que será realizado em sala de aula e no ambiente externo.

FIGURA 2- MODELOS DE METODOLOGIA

MODELOS	SALA DE AULA	CASA/SIMILAR
MODELO TRADICIONAL	<ul style="list-style-type: none"> -Transmissão de conhecimento -Resolução de exemplos - Professor palestrante - Estudante passivo 	<ul style="list-style-type: none"> -Exercícios -Projetos -Trabalhos - Soluções de problemas
MODELO ATIVO	<ul style="list-style-type: none"> -Atividades de simulação - Atividades de projeto - Trabalhos em grupo - Debates - Professor mentor - Estudante ativo 	<ul style="list-style-type: none"> - Leituras -Vídeos -Pesquisas -Resolução de exemplos

Fonte: Modelo adaptado de Schneiders (2018).

Pode-se extrair da figura 2, que as metodologias ativas permitem que os discentes desenvolvam habilidades, antecipem as ações, agindo de forma diligente e proativa, permitindo tomada de decisões rápidas e conscientes, o que é de grande relevância para o Curso de Formação

de Oficiais, tendo em vista a natureza das funções de comandamento, chefia e direção, que serão exercidas durante toda a carreira do Oficialato.

Um estudo sobre o Curso de Física da Universidade de Harvard concluiu que as formas de ensino que substituem o monólogo do docente durante a transmissão do conhecimento, tendo os alunos como plateia passiva, pela técnica que é aplicada no mundo inteiro, conhecida como “sala de aula invertida”, na qual o aluno estuda em casa o conteúdo teórico, discutindo em sala de aula de forma aplicada e prática o assunto indicado, trouxeram resultados muito mais positivos com relação à assimilação dos conteúdos (CAMARGO; DAROS, 2018).

Para Debalde (2020), a Sala de Aula Invertida consiste em estudar previamente o assunto a ser abordado em sala de aula, para que já em sala, os alunos demonstrem os seus entendimentos acerca do conteúdo, trazendo estes para o papel de protagonista na aula, fazendo com que sejam mais participativos, uma vez que já conhecem o tema a ser debatido em sala, o que possibilita uma maior proximidade entre aluno e professor, no processo da construção do conhecimento.

Outra metodologia de ensino ativa consiste no Estudo de Caso, que se baseia no método de Aprendizado Baseado em Problemas, que também é conhecido como Problem Based Learning. O Estudo de Caso é uma estratégia metodológica que pode ser desenvolvida nos cursos de formação, uma vez que estimula os alunos a solucionarem problemas trazidos pelo professor em sala de aula, além de proporcionar a interação da turma, com análise crítica e reflexão. Este método é originário da Escola de Direito da Universidade de Harvard, e tem como mentor Christopher Columbus Langdell (MATAR, 2018).

Por esse método, primeiro o assunto central é selecionado, sendo necessário que este se relacione com a disciplina ministrada, com o contexto em que o aluno está inserido, podendo ser usados documentários, livros, filmes, reportagens. Posteriormente, será confeccionada uma lista de conceitos a serem ampliados em sala de aula, como também uma lista com os principais personagens. Por último, serão elaboradas questões acerca do assunto a ser discutido em sala de aula (SÁ; QUEIROZ; LINHARES, 2009).

Outra estratégia de metodologia ativa corresponde à gamificação, a qual emprega elementos de jogos como instrumento de aprendizagem, trazendo interações entre alunos, trabalhos em equipe, competições, desafios, premiações, com a finalidade de envolver os alunos nas atividades educacionais, para potencializar o processo de aprendizagem (KAPP, 2012).

Para aplicar essa metodologia, o professor deve repassar as regras de forma clara (contrato didático) e atribuir tarefas aos alunos. Para cumprí-las, os alunos devem pensar em estratégias

para tentar solucionar os problemas, levantar as hipóteses, destacar o que não se sabe e como solucionar essa situação, atribuir tarefas, compartilhando responsabilidades, como também avaliar o resultado encontrado e a contribuição dele para o aprendizado (SILVA; SALES; CASTRO, 2018).

Um exemplo de ferramenta seria a utilização de aplicativos móveis¹¹, que podem ser transmitidos em projetor na sala de aula, em tempo real, permitindo uma competição entre os alunos, tendo uma mensuração do aprendizado, após conclusão da tarefa, de forma rápida e dinâmica, podendo haver incentivos por meio de premiações e brindes (KAPP, 2012).

Desse modo, o Aluno-Oficial deve ter consciência da sua atuação, diante da função precípua de liderança a ser exercida durante toda a carreira na instituição. Para que sejam desenvolvidas as habilidades necessárias para a gestão de pessoas, motivação dos subordinados, dentre outras que o cargo exigirá, é necessário que se proporcione uma preparação qualificada e ativa, projetando-os para a carreira do Oficialato.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise da formação de Oficiais em Sergipe é demasiadamente complexa, uma vez que apenas uma turma foi formada até o momento da elaboração desta pesquisa. Entretanto, tal fato permite entender os pontos fortes e fracos, para que se reflita sobre oportunidades de melhorias, que possam alavancar a qualificação do ensino na PMSE, o seu aperfeiçoamento e consolidação, para que haja a manutenção da Escola de Formação de Oficiais no Estado.

A partir de uma pesquisa acerca do estudo de viabilidade para implementação do CFO em Sergipe, constatou-se que as propostas pedagógicas não são decorrentes de leis, decretos ou portarias do Estado, além de não haver Projeto Básico Educacional para a realização do CFO, bem como não há projeto sobre formação e atualização de docentes.

Diante da ausência de Projeto Básico para execução do CFO, o Plano de Curso, com base no Regime Interno do Centro de Formação de Praças da PMSE¹², uma vez que não havia esta norma prevista para o CFO, servirá de base para que se entenda o planejamento prescrito para o

¹¹ Exemplos de aplicativos: <https://www.ludospro.com.br/blog/app-de-gamificacao>.

¹² Portaria nº 021/2015 de 28 de maio de 2015. Aprova o Regimento Interno do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (RICFAP), da Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE), e dá outras providências. Disponível em: <https://pm.se.gov.br/institucional/portarias-e-diretrizes/portarias-cmd/portaria-2015-021/>. Acesso em 04 de agosto de 2022.

desenvolvimento do curso na instituição, uma vez que é um dos únicos documentos que dispõem sobre objetivos, critérios de avaliação e malha curricular.

O Plano de Curso do CFO 2021¹³ foi elaborado, trazendo como proposta pedagógica o desenvolvimento de dimensões que ultrapassam as descritas na Matriz Curricular Nacional, por meio de mecanismos que favoreçam a reflexão sobre teoria e prática, deixando a critério dos docentes a metodologia a ser adotada, abordando-se alternativas, como aulas expositivas, seminários, estudos de caso, aulas práticas, dentre outros.

Em relação aos critérios de avaliação, este Plano de Curso traz a possibilidade de verificação do processo de ensino-aprendizagem por meio da avaliação de docentes e discentes, sendo a avaliação de discentes aplicada a critério daqueles, havendo alguns modelos anexos que podem ser seguidos, sendo que as provas podem ser práticas ou teóricas.

No decorrer desta pesquisa, fora publicado o Regimento Interno - Centro de Ensino e Instrução da PMSE¹⁴, prevendo atribuições da Coordenadoria de Ensino e Pesquisa, a qual seria responsável por elaborar planos de cursos, fiscalizar e acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, bem como proporcionar atualização de docentes, monitores, promoção de palestras e seminários, dentre outras funções relacionadas ao ensino na instituição. Porém, até a presente pesquisa, não foi implementada esta Coordenadoria, uma vez que o documento não foi capaz de fornecer elementos suficientes para o seu funcionamento.

Ainda, uma nova turma, com trinta e três Cadetes, ingressou na referida Escola, durante a elaboração desta pesquisa, no mês de junho de 2022, a qual corresponde ao 1º Ano do CFO, devendo-se aplicar o Regimento Interno do Centro de Ensino e Instrução a esta, como também fora publicado Plano de Curso¹⁵ para esta turma.

O novo Plano de Curso, agora proposto para a nova turma ingressante, traz elementos semelhantes sobre o método de ensino dos docentes, dispondo que “os conteúdos disciplinares terão sua metodologia viabilizada de acordo com as peculiaridades de cada instrutor, podendo ser trabalhados mediante diferentes estratégias de aprendizagem”. O que demonstra a continuação de uma ausência de padronização quanto ao formato de ensino.

¹³ Aditamento 013, de 21 de julho de 2021, referente ao Boletim Geral Ostensivo da Polícia Militar do Estado de Sergipe.

¹⁴ Aditamento 014, de 27 de abril de 2022, referente ao Boletim Geral Ostensivo da Polícia Militar do Estado de Sergipe de nº 077/2022.

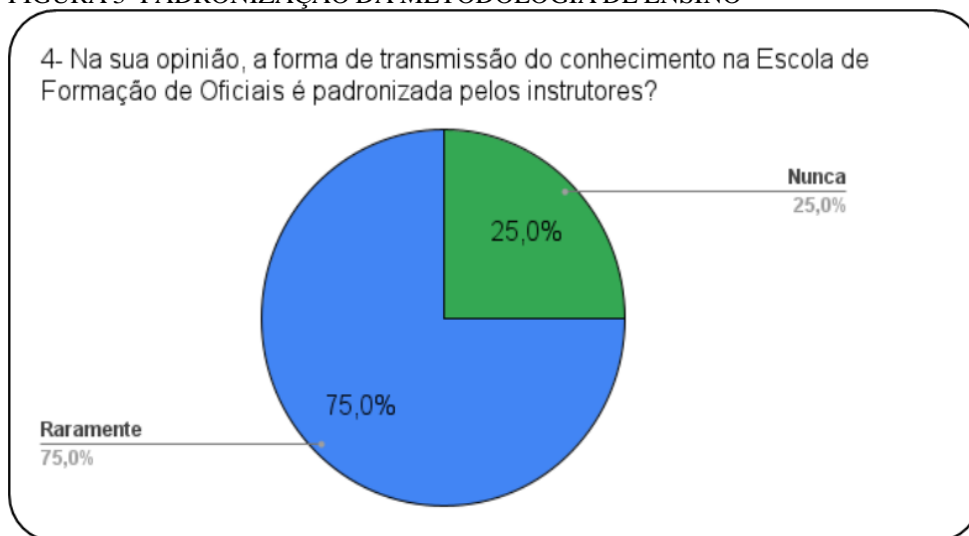
¹⁵ Aditamento 023, de 21 de junho de 2022, referente ao Boletim Geral Ostensivo da Polícia Militar de nº 114 de 2022.

Para que se entenda melhor, em termos práticos, o processo de ensino-aprendizagem da Escola de Formação de Oficiais da PMSE, foi aplicado questionário a uma turma composta por 33 (trinta e três) alunos, que corresponde ao 2º Ano do CFO (2022), cursando o último semestre deste. Desse total, 32 (trinta e dois) alunos responderam ao questionário aplicado via *google forms*, por meio de perguntas objetivas e subjetivas, que levou em consideração aspectos como percepção dos alunos quantos aos métodos de ensino, critérios de avaliação, bem como sugestões e/ou críticas para melhorar o ensino na instituição.

Os alunos foram questionados, de modo subjetivo, acerca da atual metodologia de ensino ofertada ao CFO, se esta condiz com a atividade própria do Oficialato, obtendo-se pela maioria a resposta negativa, sendo que os que trouxeram a resposta positiva não a justificaram. Cabe frisar que muitos alunos apontaram como falha a ausência de método ou padronização, como o Aluno A afirma que “falta priorizar conhecimento voltado à atividade do Oficialato e a forma como é repassado esse conhecimento, hoje, tem pouca ênfase no debate de ideias e seu desenvolvimento”.

Ainda nesse sentido, o Aluno B reforça que “o ensino dogmático e expositivo deveria dar lugar a metodologias mais construtivas, com a utilização de debates e da observação prática para a melhor absorção dos conhecimentos teóricos repassados”. O que torna nítida a preocupação dos alunos com um ensino que evidencie a proatividade destes, com relação à construção do conhecimento.

FIGURA 3- PADRONIZAÇÃO DA METODOLOGIA DE ENSINO



Fonte: pesquisa direta da autora (2022)

A partir da Figura 3, pode-se inferir que a percepção dos alunos é de que raramente há uma padronização do método de ensino aplicado pelos docentes. Sendo que 75% responderam que raramente houve padronização, 25% respondeu que nunca houve. Fato que se consubstancia a partir da análise do Plano de Curso, a qual prevê métodos a serem adotados de acordo com a escolha de cada instrutor.

FIGURA 4- PERCEPÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO



Fonte: pesquisa direta da autora (2022)

Nesse sentido, a figura 4 apresentada acima, demonstra que os alunos entendem que a avaliação exige do aluno muita “decoreba”. Deprendendo-se, a partir disso, que a sensação dos alunos é de que não se avalia, de fato, o que se aprendeu, o que tende a sobrestar o senso crítico do aluno, possivelmente desestimulando o raciocínio, dando-se ênfase a um critério que consegue avaliar, apenas, a capacidade do aluno de ler e replicar automaticamente.

O gráfico da figura 5, exposto a seguir demonstra que 53,1% da turma entende que nunca houve intervenção posterior a uma avaliação, após um desempenho mais baixo das turmas no que diz respeito à pontuação atribuída às provas aplicadas, sendo que 40,6% afirma que raramente ocorre. Não havendo uma análise sobre os motivos que levaram ao baixo rendimento na prova, se foram fatores internos, referentes à turma, se houve um equívoco quanto à realidade da turma por parte do docente, ficando prejudicada a mensuração do processo de aprendizagem.

FIGURA 5- ANÁLISE PÓS-AVALIAÇÃO



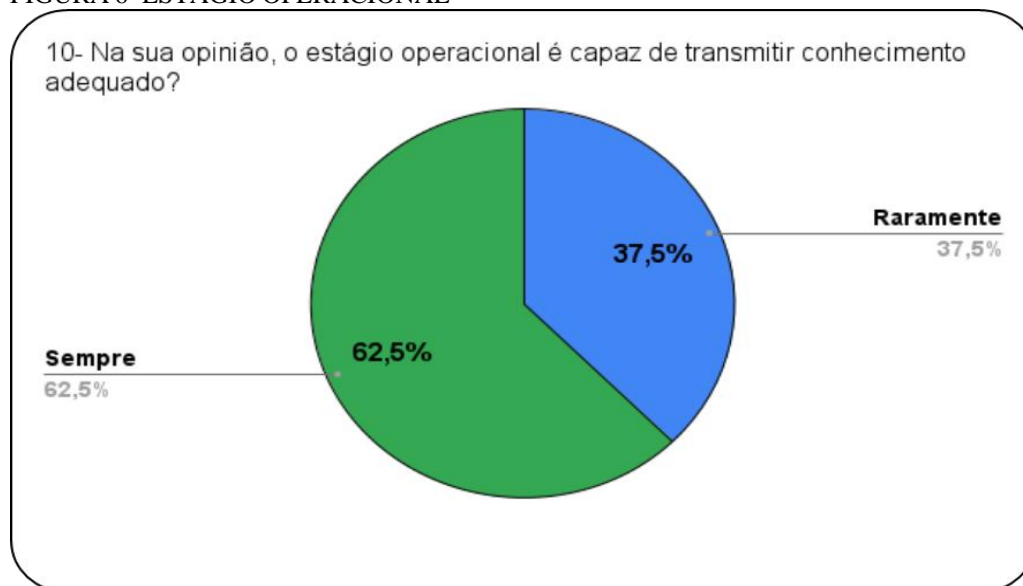
Fonte: pesquisa direta da autora (2022)

Os discentes, ao responderem de modo subjetivo a avaliação sobre os instrutores, que estes realizam após o término das aulas, cerca de 70% dos participantes relataram não confiar na avaliação dos docentes administrada pela Coordenação do CFO, relatando que ela não é capaz de modificar a realidade do curso, sendo que o Aluno C pontua que “muitas vezes fazemos a avaliação e há a repetição do instrutor mal avaliado ou a substituição do que foi bem avaliado, de modo que nos faz imaginar que muitas outras coisas são mais relevantes para a composição do corpo docente”.

Além disso, alguns alunos acreditam que a hierarquia dos docentes também influencia na seleção destes para ministrarem aulas, além de alguns relatarem não confiar no anonimato das avaliações, como o aluno D que afirma que “a avaliação dos instrutores fica prejudicada, sobretudo, por temer represália ao expressar a visão pessoal, o que interfere de fato em um resultado mais próximo da realidade”.

O gráfico da Figura 6, constante a seguir evidencia que a maior parte dos alunos acredita que o estágio operacional é capaz de transmitir o conhecimento adequado. Aliado a isso, muitos alunos enfatizaram que se deve dar uma maior atenção aos estágios operacionais e administrativos, como forma de reprodução da realidade policial. Além de destacarem que deve ser avaliado, junto ao Corpo de Alunos, se os momentos dos estágios estão alinhados com a Divisão de Ensino, para que não interfiram no rendimento da turma.

FIGURA 6- ESTÁGIO OPERACIONAL



Fonte: pesquisa direta da autora (2022)

No campo destinado a sugestões de melhorias para o processo de ensino-aprendizagem, o aluno E reforça que seria importante para o ensino “regulamentar o método para que seja seguido um padrão por todos os instrutores com critérios objetivos de avaliação com foco no raciocínio do futuro gestor e não na decoreba de conceitos”. O que também se observa é que muitos alunos sugeriram um melhor planejamento e adequação do cronograma de atividades extras, para que não causem impactos no rendimento das aulas. Além de alertarem para que houvesse maior ênfase na prática policial, levando-se em consideração a discussão em sala de aula acerca da realidade que o policial enfrentará no decorrer da atividade profissional.

É o que destaca um participante da pesquisa sobre a metodologia de ensino que vem sendo aplicada no CFO, enfatizando que é necessário “dedicar mais tempo à construção de projetos, julgamentos de procedimentos, análises de casos concretos vivenciados na Corporação, devendo-se confiar mais na capacidade do Cadete em enfrentar situações adversas” (Aluno F).

Dessa forma, o ensino deve se pautar em uma série de fatores, como o planejamento para implementação de um curso, analisando-se a estrutura para o ambiente de estudo, o perfil profissional, a finalidade do ensino, a metodologia a ser aplicada, o monitoramento e controle do ensino, além da avaliação desse processo de aprendizagem.

6. CONCLUSÃO

A partir desta percepção de uma educação policial para a profissionalização da Segurança Pública, a qual está voltada ao aprimoramento e qualificação dos policiais militares, permitiu-se a compreensão da realidade institucional do Curso de Formação de Oficiais da PMSE, com vistas à identificação dos pormenores do processo de ensino-aprendizagem dos futuros Oficiais formados em Sergipe, o que propiciou um olhar para a dignidade do profissional e dos destinatários precípuos da ordem pública, reforçando que a segurança pública é um direito de todos os cidadãos.

Para se chegar ao mais próximo da realidade institucional, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com a finalidade de se obter respostas sobre a percepção dos discentes acerca do processo ensino-aprendizagem do Curso de Formação de Oficiais. Nesse sentido, buscou-se demonstrar a definição de educação policial militar, o contexto da formação de Oficiais no estado de Sergipe, propondo-se metodologias de ensino alternativas, assim como foi analisada a visão dos alunos quanto ao ensino ofertado pela instituição.

Após análise de documentos e questionários aplicados, depreende-se que a percepção dos discentes, de modo geral, é de que os métodos de ensino precisam ser aperfeiçoados e padronizados, de forma que contemplem melhor a realidade policial, devendo-se possibilitar discussões construtivas, promovendo-se formas de estímulo ao senso crítico, simulando resoluções de situações reais, tanto no aspecto administrativo, quanto operacional.

A partir disso, há uma necessidade de haver um projeto básico quando da iniciação de um curso de formação, que contenha propostas pedagógicas contemplando a qualificação periódica de docentes, capazes de ofertar cursos de aperfeiçoamento, além de uma maior integração entre Coordenação do Curso e docentes, para que haja um direcionamento melhor quanto às atividades disciplinares, que não têm relação direta com as aulas, para que estas não sejam prejudicadas.

Ainda, a avaliação aplicada aos alunos é um ponto de crítica por estes, uma vez que afirmaram haver cobrança de “muita decoreba”, não sendo a forma mais adequada de mensuração do conhecimento, por não reproduzir fielmente se o aluno aprendeu o conteúdo ministrado em sala de aula, não sendo algo condizente com a atividade do Oficialato, que requer a ativação da capacidade de interpretação e exposição de ideias. Outro ponto a ser destacado é a necessidade de haver uma atenção maior para a avaliação de docentes realizada pelos alunos e administrada pela Coordenação do CFO, uma vez que esta avaliação fornecerá diagnósticos do

ensino ofertado, promovendo-se um retorno acerca das aulas, devendo-se garantir o sigilo das informações, para que o aluno não se sinta temeroso por expressar de forma realista o que pode ser melhorado e modificado quanto às próximas disciplinas a serem ministradas.

Assim, faz-se necessária a busca por alternativas de ensino que possibilitem a formação com foco no desenvolvimento de competências para as funções de comando, que propiciem reflexões acerca das formas de condução nas diversas situações que os profissionais terão de lidar, seja no gerenciamento de recursos ou de pessoas, sendo a classificação apenas consequência do aprendizado e não um fim em si mesma. Desse modo, o Curso de Formação de Oficiais é uma das diversas possibilidades de transformação e desenvolvimento da instituição, sendo o “nascidouro” dos futuros gestores da PMSE. Com isso, é fundamental o estudo e reflexão para a promoção do ensino, como esta iniciativa que poderá contribuir para o aperfeiçoamento e consolidação do processo de ensino-aprendizagem na Corporação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública**. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/livros/matrizcurricular-nacional_versao-final_2014.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2022.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre, Penso, 2018.

COUTO, Daniel Ribeiro (Org.). **Legislação e Organização Institucional da PMSE: Leis afetas à Polícia Militar do Estado de Sergipe**. 4ª ed. Aracaju: J Andrade, 2022.

DEBALD, Blausius. **Metodologias ativas no ensino superior: o protagonismo do aluno**. Porto Alegre: Penso, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Inovação/construção do conhecimento**. *Interface*, Botucatu, v. 7, n.13. 2003.

KAPP, Karl. **The Gamification of Learning and Instruction: game-based methods and strategies for training and education**. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/The_Gamification_of_Learning_and_Instruc.html?id=M2Rb9ZtFxccC&redir_esc=y. Acesso em 12 de agosto de 2022.

MATAR, João. **Metodologias ativas para a educação presencial, blended e a distância**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

PEREIRA, Benôni Cavalcante. **Da instrução militar ao ensino policial: profissionalidade docente requerida para atuar como formador na Academia Integrada de Defesa Social.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Educação. Recife, PE, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12828>. Acesso em 14 de maio de 2022.

SÁ, Luciana Passos Francisco; QUEIROZ, Cristiane Andretta; LINHARES, Salete. **Estudos de caso em estudos de química relacionado à temática sementes.** Disponível em: <https://edeq.furg.br/images/arquivos/trabalhoscompletos/s01/ficha-117.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2022.

SALES, Leandro Antônio; VILARINHO, Tatiane Ferreira. **Padrões dos Cursos de Formação de Oficiais Policiais Militares do Brasil.** Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, vol. 1, n.1, Jan/Jun 2018. Disponível em: <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/14>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

SCHNEIDERS, Luis Antonio. **O método da Sala de Aula Invertida.** 1ª ed. Lajeado: Editora da Univates, 2018. Disponível em: https://www.univates.br/editoraunivates/media/publicacoes/256/pdf_256.pdf. Acesso: 31 de julho de 2022.

SILVA, João Batista da; SALES, Gilvandenys Leite; CASTRO, Juscileide Braga de. **Gamificação de uma sequência didática como estratégia para motivar a atitude potencialmente significativa dos alunos no ensino de óptica geométrica.** Anais dos Workshops do VII Congresso Brasileiro de Informática na Educação (WCBIE 2018). Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43662?locale=es>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

SILVEIRA JUNIOR, Carlos Roberto da. **Sala de Aula Invertida: por onde começar?** Disponível em: [https://ifg.edu.br/attachments/article/19169/Sala%20de%20aula%20invertidaível%20por%20onde%20come%C3%A7ar%20\(21-12-2020\).pdf](https://ifg.edu.br/attachments/article/19169/Sala%20de%20aula%20invertidaível%20por%20onde%20come%C3%A7ar%20(21-12-2020).pdf). Acesso em 31 de julho de 2022.

TOBIAS, Amanda Freitas dos Santos. **A (Trans)formação de Oficiais da Polícia Militar de Sergipe.** Dissertação (Mestrado). Orientadora: Ana Maria Freitas Teixeira. Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, 2014. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4660/1/AMANDA_FREITAS_SANTOS_TOBIAS.pdf. Acesso em 03 de maio de 2022.